

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI  
Atos do Prefeito

**DECRETO Nº 12937/2018**  
**Regulamenta e disciplina a obrigação acessória relativa à Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF, revoga dispositivos do Decreto nº 11.980, de 11 de agosto de 2015 e dá outras providências.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no art. 66, inciso III, da Lei Orgânica do Município e art. 102 da Lei nº 2.597/08, de 30 de setembro de 2008 (Código Tributário do Município de Niterói).

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação da obrigação acessória referente à demonstração mensal de apuração, cálculo e informação do imposto sobre serviços de qualquer natureza tributável pelos municípios – ISSQN pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelas demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, segundo o Modelo Conceitual padrão da DES-IF, em sua versão 2.3, de setembro/2012, instituído pela ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais.

**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de facilitar a rotina das instituições financeiras, disponibilizando-se uma ferramenta para possibilitar a declaração do ISSQN, através da padronização desenvolvida pela ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais e FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aprovado e instituído no âmbito deste Município o sistema informatizado destinado a validar, assinar e transmitir os arquivos que compõem a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF -, documento fiscal digital, conforme o Modelo Conceitual padrão da DES-IF, instituído pela ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais, que tem por escopo registrar as operações e a apuração do imposto sobre serviços de qualquer natureza tributável pelos municípios – ISSQN -, de utilização obrigatória pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelas demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

**Parágrafo único.** A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DESIF fica estabelecida conforme o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF -, na sua versão 2.3, de setembro/2012, ficando resguardado ao Fisco municipal promover as adequações que entender necessárias para o atendimento das normas e preceitos da legislação do Município.

**Art. 2º** As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN -, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF - estão obrigadas a apresentar a DES-IF na forma prevista neste decreto e regulamentações posteriores.

**Parágrafo único.** Estão também sujeitas às obrigações previstas neste decreto as pessoas jurídicas a que se refere o *caput*, estabelecidas neste município através de agência, posto de atendimento, unidade econômica ou profissional, ainda que a escrituração ou contabilização das receitas provenientes das receitas dos serviços geradas neste município sejam promovidas em municípios distintos.

**Art. 3º** A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital constituído dos seguintes módulos:

**I** - Módulo 1 - Demonstrativo Contábil, que contém:

- a) os Balancetes Analíticos Mensais;
- b) o Demonstrativo de rateio de resultados internos.

**II** - Módulo 2 - Apuração Mensal do ISSQN, que contém:

- a) o Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido, por subtítulo contábil;
- b) o Demonstrativo do ISSQN mensal a recolher;
- c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento por dependência ou por instituição.

**III** - Módulo 3 - Informações Comuns ao Município, que contém:

- a) o Plano geral de contas comentado – PGCC - ;
- b) a Tabela de tarifas de serviços da instituição;
- c) a Tabela de identificação de serviços de remuneração variável.

**IV** - Módulo 4 - Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis, que contém as informações das partidas dos lançamentos contábeis.

**§ 1º** O Módulo 2 - Apuração Mensal do ISSQN da DES-IF representa a confissão de dívida no período informado, constituindo-se em instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito tributário que não tenha sido recolhido, resultante das informações prestadas pelo sujeito passivo.

**§ 2º** Para efeitos do disposto no § 1º, o crédito tributário é constituído na data do vencimento do crédito confessado.

**§ 3º** O débito confessado pelo sujeito passivo na forma do § 1º e não pago é inscrito em Dívida Ativa do Município para fins de cobrança administrativa ou judicial.

**§ 4º** O Plano geral de contas comentado – PGCC – que integra o Módulo 3, deve apresentar todas as contas de modo analítico, descrevendo-as por suas funções de acordo com o Manual de Normas do Sistema Financeiro – COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil

**Art. 4º** As obrigações acessórias abrangidas por este decreto consistem em:

**I** - geração e entrega da DES-IF;

**II** - guarda da DES-IF em meio digital, juntamente com o protocolo de entrega.

**§ 1º** A geração, transmissão, validação e certificação digital da DES-IF são realizadas por meio de sistemas informatizados disponibilizados aos contribuintes, destinados à importação dos arquivos que compõem as bases de dados da Instituição Financeira e equiparadas.

**§ 2º** O cumprimento da obrigação acessória de entrega da DES-IF só se completa com a geração do protocolo de entrega pela Administração Fazendária, cabendo ao contribuinte a responsabilidade pela sua obtenção junto ao Município de Niterói.

**§ 4º** Os contribuintes que não cumprem as obrigações previstas neste artigo e os que cumprem fora dos prazos estabelecidos no art. 5º estão sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

**Art. 5º** Os prazos para geração e entrega dos módulos contidos na DES-IF são os seguintes:

**I** – Módulo 1: deve ser entregue anualmente ao Fisco até o dia 05 (cinco) do mês de julho do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados;

**II** – Módulo 2: deve ser gerado mensalmente e entregue ao Fisco até o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao de competência dos dados declarados;

**III** – Módulo 3: deve ser entregue anualmente ao Fisco até o dia 05 (cinco) do mês de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados ou por ocasião das alterações surgidas no PGCC ou nas tabelas descritas nas alíneas *b* e *c* do inciso III do art.3º;

**IV** – Módulo 4: deve ser gerado por solicitação do Fisco, conforme prazo definido em notificação ou intimação.

**§1º.** O Fisco Municipal se reserva ao direito de solicitar outros dados e informações, com prazos diversos dos previstos neste artigo, sempre que entenda ser necessário para verificação de conformidade na homologação do ISSQN.

**§2º.** Independentemente de solicitação do Fisco, deve ser entregue o Módulo 4 (Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis) nos casos definidos em ato normativo do Secretário Municipal de Fazenda.

**Art. 6º** Todos os arquivos que compõem a DES-IF, inclusive o protocolo de entrega, devem ser guardados pelo contribuinte pelo prazo decadencial para lançamento do imposto.

**Art. 7º** Cada instituição financeira ou assemelhada deve escolher um estabelecimento centralizador dentre todas as suas agências, seus postos bancários ou seus outros tipos de estabelecimentos por qualquer forma denominados, situados no Município de Niterói, cuja inscrição municipal deve ser utilizada para apresentação da DES-IF e pagamento do ISSQN devido.

**§ 1º** A Administração Tributária pode definir de ofício o estabelecimento centralizador entre os inscritos no cadastro municipal, caso a instituição financeira ou assemelhada não cumpra o disposto no *caput* ou por conveniência operacional da Administração.

**§ 2º** O disposto neste artigo não exclui a obrigatoriedade de cada agência bancária ou estabelecimento de instituição financeira ou assemelhada ter sua própria inscrição.

**Art. 8º** Os sujeitos passivos obrigados a apresentar a DES-IF têm de entregar declaração retificadora de informações escrituradas em declaração já transmitida, nos seguintes casos:

I – quando há substituição de declarações encaminhadas ao Banco Central cujos dados tenham sido objetos de encaminhamento anterior ao Fisco;

II – quando há erros ou omissões na declaração anteriormente enviada que não sejam objetos de substituição de declaração encaminhada ao Banco Central.

**§ 1º** No caso disposto no inciso I o declarante deve gerar e enviar uma nova declaração em substituição à anterior até o último dia do mês seguinte ao mês em que houver sido substituída a declaração enviada ao Banco Central.

**§ 2º** No caso disposto no inciso II o declarante deve gerar e enviar uma nova declaração em substituição à anterior até o último dia do mês seguinte ao mês previsto para transmissão da declaração original.

**§ 3º** A retificação de dados ou informações constantes da DES-IF realizada fora do prazo previsto neste artigo sujeita o infrator à aplicação da penalidade estabelecida na legislação.

**§ 4º** No caso previsto no inciso II, a declaração não pode ser retificada após transcorrido o prazo estabelecido no § 2º para retificação da declaração e iniciado o procedimento de auditoria fiscal relacionado à verificação ou apuração do imposto devido.

**Art. 9.** O Secretário Municipal de Fazenda fica autorizado a expedir normas complementares a este Decreto.

**Art. 10.** Este Decreto entra em vigor em 1º de junho de 2018, ficando revogados o Decreto nº 11.980, de 11 de agosto de 2015 e demais dispositivos em contrário.

**Prefeitura Municipal de Niterói, em 03 de maio de 2018.**

**Rodrigo Neves – Prefeito**

**DECRETO Nº**

Dispõe sobre a Nota Fiscal de Serviços eletrônica – NFS-e, a Declaração de Serviços Tomados e demais obrigações acessórias correlatas, regulamenta o disposto no art. 77, § 3º, da Lei nº 2.597/2008, e revoga o Decreto nº 10.767/2010.

O Prefeito Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no art. 66, III, da Lei Orgânica do Município e arts. 102 e 186, § 1º, da Lei nº 2.597/08, de 30 de setembro de 2008 (Código Tributário do Município de Niterói).

**DECRETA:**

**Seção I – Da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e)**

**Subseção I – Disposições Gerais**

**Art. 1º** A Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e), conforme modelo estabelecido no Anexo I deste Decreto, é emitida e armazenada eletronicamente em sistema próprio da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Niterói, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.

**§ 1º** São obrigados à emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica – NFS-e os prestadores de serviços inscritos no Cadastro de Contribuintes de Tributos Mobiliários (CCTM) ou com atividade econômica no território do Município, inclusive microempresários individuais e sociedades empresárias que se constituam como microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

**§ 2º** Ficam excluídos da obrigatoriedade de que trata o § 1º os seguintes contribuintes:

**I** - contribuintes profissionais autônomos que tenham o recolhimento do ISSQN efetuado através de tributação fixa;

**II** - contribuintes optantes pelo regime tributário do Simples Nacional qualificados como Microempreendedores Individuais – MEI, relativamente à prestação de serviços para pessoas físicas;

**III** - bancos e instituições financeiras autorizadas pelo BACEN.

**§ 3º** A opção do prestador do serviço pelo regime do Simples Nacional não dispensa a emissão pelo contribuinte da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e), exceto no caso do disposto no inciso II;

**§ 4º** O Secretário Municipal de Fazenda pode instituir outras formas de controle de documentos e de declarações eletrônicas relativas à fiscalização dos contribuintes dispensados da emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e).

**§ 5º** A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e é vedada aos profissionais autônomos não estabelecidos.

**§ 6º** A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e não depende de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – AIDF.

**Art. 2º** A Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) é emitida pelo sistema da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Niterói após a validação das informações transmitidas pelo prestador de serviços, no endereço eletrônico disponibilizado pela Prefeitura, e contém as seguintes informações:

**I** – quanto à identificação do prestador do serviço:

- a)** nome ou razão social;
- b)** inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF ou no CNPJ;
- c)** inscrição municipal;
- d)** endereço.

**II** – quanto à identificação do tomador do serviço:

- a)** nome ou razão social;
- b)** inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF ou no CNPJ;
- c)** inscrição municipal, se houver;
- d)** endereço;
- e)** e-mail;

**III** – quanto ao serviço prestado:

- a)** discriminação do serviço, observado o disposto no § 3º deste artigo;
- b)** código do serviço;
- c)** valor total do serviço;
- d)** valor da dedução, se houver;
- e)** exigibilidade do ISSQN, com a indicação, quando for o caso, das situações de exportação, isenção, imunidade, suspensão por decisão judicial ou suspensão por processo administrativo, relativas ao ISS;
- f)** indicação de retenção de ISS, quando for o caso;
- g)** indicação de tributação com base de cálculo fixa, ou pelo regime especial unificado instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Simples Nacional, quando for o caso;
- h)** valor da base de cálculo, alíquota e valor do ISS apurado;

**IV** – outras indicações:

- a)** numeração sequencial, observado o disposto no § 1º deste artigo;

- b) data e hora da emissão;
- c) competência do imposto;
- d) código de verificação de autenticidade;
- e) número do Recibo Provisório de Serviços – RPS a que se refere, caso tenha sido emitido;
- f) valor do crédito gerado para abatimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, quando for o caso;
- g) registro das retenções de tributos federais sob responsabilidade do contribuinte, observado o disposto no § 5º deste artigo.
- h) referência ao site em que a legislação tributária do município de Niterói está disponível para consulta.

§ 1º O número da NFS-e é gerado automaticamente pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo uma numeração específica para cada estabelecimento.

§ 2º São opcionais, a critério do tomador do serviço, as informações referidas no inciso II do *caput*, quando o tomador for pessoa natural.

§ 3º No campo referente à discriminação dos serviços, previsto na alínea “a” do inciso III do *caput* deste artigo, podem ser inseridas pelo prestador outras informações não obrigatórias, desde que não contrariem dispositivo da legislação municipal.

§ 4º Os valores totais dos serviços, das retenções, das deduções da base de cálculo do ISSQN, dos descontos, a alíquota do imposto e os casos de suspensão da exigibilidade e de exclusão do crédito tributário devem ser informados pelo próprio contribuinte, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta descrição destes.

§ 5º O registro das retenções dos tributos federais de que trata a alínea “g” do inciso IV do *caput* deste artigo é considerado mera indicação de controle e não gera redução no valor total da NFS-e, bem como da base de cálculo do ISSQN.

§ 6º Nos serviços prestados pelos estabelecimentos cartorários e notariais a NFS-e deve identificar o prestador do serviço pelo nome e pelo CPF do titular do cartório.

§ 7º Os tomadores de serviços podem confirmar a autenticidade da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) no endereço eletrônico disponibilizado pela Prefeitura, sendo necessário informar o número do CPF/CNPJ do tomador do serviço, o número da NFS-e e o código de verificação de autenticidade da NFS-e.

**Art. 3º** A Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) deve ser emitida:

I – quando o prestador de serviços estabelecido no território do Município de Niterói executar serviço;

II – quando ocorrer acréscimo do valor do serviço decorrente de reajustamento de preço em virtude de contrato.

**Parágrafo único.** A obrigatoriedade de emissão da NFS-e independe da solicitação ou não do tomador do serviço.

**Art. 4º** O tomador ou intermediário do serviço, quando responsável tributário pela retenção e recolhimento do ISSQN, pode promover a aceitação ou rejeição da NFS-e dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da emissão da NFS-e.

§ 1º No caso de rejeição da NFS-e pelo responsável tributário, cabe ao prestador proceder, se for o caso, ao cancelamento ou substituição da NFS-e, na forma do art. 10 deste Decreto.

§ 2º O pagamento do ISSQN referente a NFS-e que dependa de aceite ou rejeição implica o aceite tácito da NFS-e.

**Art. 5º** Após o transcurso do prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da emissão da NFS-e sem que o documento tenha sido aceito ou rejeitado pelo tomador ou intermediário do serviço, a NFS-e é considerada como aceita de forma tácita e não pode mais ser rejeitada, cabendo ao responsável tributário, em caso de erro quanto aos elementos constantes da NFS-e, requerer o cancelamento ou a substituição da NFS-e, observando o procedimento estabelecido no art. 10 deste Decreto.

**Art. 6º** O contribuinte deve emitir a Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) para todos os serviços prestados, discriminando-os de forma individualizada.

§ 1º Somente podem ser descritos vários serviços em uma mesma Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) caso estejam relacionados a um único subitem da Lista de Serviços do Anexo III do Código Tributário do Município de Niterói, de mesma alíquota e para o mesmo tomador de serviços.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica na emissão de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, hipótese em que podem ser relacionados diversos tomadores em uma mesma NFS-e, desde que observado o disposto na Subseção IV da Seção I deste Decreto.

**Art. 7º** A Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) deve identificar os serviços prestados em conformidade com os subitens da lista de serviços anexa à Lei nº 2.597/08, de 30 de setembro de 2008 (Código Tributário do Município de Niterói).

§ 1º A emissão da NFS-e com indicação do subitem da Lista de Serviços do Anexo III do Código Tributário do Município de Niterói que não corresponda aos serviços efetivamente prestados sujeita o infrator às penalidades previstas na lei.

§ 2º A indicação do subitem 99.99 - outros serviços -, por ocasião da emissão da NFS-e, destina-se apenas ao registro de serviços não tributáveis pelo ISSQN por não estarem previstos na lista de serviços anexa ao Código Tributário do Município de Niterói, devendo ser descrito o serviço de modo a permitir a sua correta identificação.

§ 3º A inobservância do disposto no § 1º caracteriza a emissão de documento fiscal em desacordo com os requisitos regulamentares, sujeitando o infrator às penalidades previstas na legislação em vigor.

**Art. 8º** No caso de serviços de construção civil a Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) deve conter a identificação do destinatário, a descrição dos serviços e o endereço e inscrição do canteiro de obras no cadastro municipal.

**Parágrafo único.** Para fins do disposto neste artigo considera-se estabelecimento prestador os canteiros de construção, instalação ou montagem de estruturas, máquinas e equipamentos, conforme disposto no Código Tributário do Município de Niterói.

**Art. 9º** O prestador de serviços que não tenha emitido Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) em determinado mês ou que tenha emitido somente NFS-e com *status* de “cancelada” está obrigado a declarar ausência de movimento econômico na respectiva competência, através do sistema da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Niterói, até o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao da ausência de movimento.

§ 1º A obrigação de que trata o *caput* deste artigo não se aplica aos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, que deverão observar as obrigações previstas na legislação referente ao Simples Nacional.

§ 2º As sociedades uniprofissionais e os profissionais autônomos não podem fazer a declaração de ausência de movimento econômico.

§ 3º A inobservância do disposto no *caput* deste artigo caracteriza a falta de entrega de informações exigidas pela legislação, na forma e nos prazos legais ou regulamentares, sujeitando o infrator às penalidades previstas na legislação em vigor.

**Subseção II – Do Cancelamento ou Substituição da NFS-e**

**Art. 10.** A Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) pode ser cancelada ou substituída diretamente pelo contribuinte e sob sua exclusiva responsabilidade, através do sistema da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Niterói, desde que atendidas as seguintes condições:

I – a NFS-e a ser cancelada ou substituída tem que conter, ao menos, os dados do tomador previstos nas alíneas “a”, “b” e “e” do inciso II do art. 2º preenchidos;

II – o prazo máximo para o cancelamento ou substituição da NFS-e é de 90 (noventa) dias a contar da data da sua emissão; e

III – no caso de o ISSQN ser devido ao município de Niterói, a guia de recolhimento do ISS referente à NFS-e a ser cancelada ou substituída não tenha sido paga.

§ 1º No caso de não atendimento dos requisitos descritos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo, ou quando a NFS-e for expressamente aceita nos termos do artigo 4º, o cancelamento ou a substituição da NFS-e dependerá de análise pela autoridade fiscal competente.

§ 2º O cancelamento ou substituição da NFS-e deve ser devidamente justificado, através da descrição dos motivos do cancelamento ou da substituição da nota e, quando for o caso, da referência ao novo documento fiscal emitido.

§ 3º A autoridade fiscal competente, responsável pela análise do pedido de cancelamento ou de substituição da NFS-e, pode exigir documentos adicionais necessários para a comprovação da veracidade do cancelamento ou da substituição da NFS-e, tais como declaração de anuência do tomador dos serviços, registros contábeis dos fatos, contratos de prestação de serviços e outros.

**Subseção III – Da NFS-e Avulsa**

**Art. 11.** A Nota Fiscal de Serviços eletrônica Avulsa – NFS-e Avulsa pode ser concedida em caráter excepcional para registrar exclusivamente as prestações de serviços por contribuintes de fora do Município de Niterói e cujo ISSQN seja devido aos cofres deste município, devendo ser observado o seguinte:

**I** – o módulo de emissão de Nota Fiscal de Serviços eletrônica Avulsa – NFS-e Avulsa estará habilitado somente para contribuintes que possuam Senha-Web ou certificado digital;

**II** – a impressão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica Avulsa – NFS-e Avulsa somente será liberada pelo sistema após a comprovação do pagamento do ISSQN correspondente;

**III** – é gerada pelo sistema uma guia de pagamento para cada Nota Fiscal de Serviços eletrônica Avulsa – NFS-e Avulsa emitida;

**IV** – a Nota Fiscal de Serviços eletrônica Avulsa – NFS-e Avulsa poderá ser cancelada diretamente pelo prestador, caso não tenha sido paga a respectiva guia;

**V** – caso haja pagamento da respectiva guia, o cancelamento da Nota Fiscal de Serviços eletrônica Avulsa – NFS-e Avulsa deve ser autorizado pela autoridade fiscal.

**Subseção IV – Da NFS-e coletiva**

**Art. 12.** Estão autorizados a emitir uma Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, a cada fechamento diário, semanal ou mensal, conforme periodicidade definida no art. 13 deste Decreto, quando utilizarem equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF ou qualquer outra forma de controle da prestação de serviços previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Fazenda, os prestadores de serviços com as atividades de:

**I** – estacionamento;

**II** – cinema;

**III** – loteria;

**IV** – cartórios;

**V** – correios;

**VI** – exploração de rodovias;

**VII** – permissionários de transporte coletivo de passageiros;

**VIII** – ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior;

**IX** – estabelecimentos reprográficos;

**X** – teatros, boates e casas de shows;

**XI** – exploração de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros e de mercadorias.

**Parágrafo único.** A utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva para outras atividades não relacionadas nos incisos I a XI deste artigo dependerá de autorização específica do Secretário Municipal de Fazenda mediante requerimento próprio formulado pelo contribuinte.

**Art. 13.** Os contribuintes que optarem pela emissão de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva devem observar a seguinte periodicidade, de acordo com a atividade:

**I** – estacionamento, a cada fechamento diário;

**II** – cinemas, a cada fechamento diário;

**III** – loterias, a cada fechamento diário;

**IV** – cartórios, a cada fechamento diário;

**V** – correios (coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores), a cada fechamento diário;

**VI** – exploração de rodovias, a cada fechamento diário;

**VII** - permissionário de transporte coletivo de passageiros, a cada fechamento mensal;

**VIII** – estabelecimentos de ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior e atividades educacionais de qualquer natureza, a cada fechamento mensal;

**IX** – estabelecimentos reprográficos, a cada fechamento diário;

**X** – teatros, boates e casas de shows, a cada fechamento diário;

**XI** – exploração de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros e de mercadorias, a cada fechamento diário.

**Art. 14.** Os estacionamentos emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir obrigatoriamente planilha ou mapa de controle de entrada e saída de veículos, em que são registrados a hora da entrada e saída do veículo, a placa do veículo e o preço do serviço prestado.

**Art. 15.** Os cinemas emissores da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir sistema de controle de prestação de serviços que registre o número total de pessoas por sala e por sessão, a data e o horário das sessões e as receitas diárias totais e por sessão, inclusive as receitas decorrentes de ingressos vendidos antecipadamente pela *Internet*.

**Parágrafo único.** O sistema de que trata o *caput* deste artigo deve permitir a emissão de relatórios de vendas colocados à disposição do Fisco municipal.

**Art. 16.** Os estabelecimentos lotéricos emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir sistema de controle das operações que emita relatórios diários e analíticos da movimentação das apostas, contendo a descrição dos jogos, o valor total das apostas e o valor das comissões recebidas.

**Parágrafo único.** Os relatórios de que trata o *caput* deste artigo devem ficar à disposição do Fisco municipal.

**Art. 17.** Os cartórios emissores Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem manter obrigatoriamente à disposição do Fisco municipal os documentos exigidos pelo Poder Judiciário Estadual comprobatórios da prestação dos serviços e que registrem as receitas diárias totais de prestação de serviços.

**Art. 18.** Os correios e suas agências franqueadas que optarem pela emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir sistema de controle das operações que emita relatórios diários e analíticos das receitas relativas aos serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens e valores, *courrier*, de rotulação e despacho de encomendas, de rastreamento, de registro, de guarda-volumes, de achados e perdidos e de posta restante, identificando a espécie de serviço para fins de apuração da base de cálculo do ISSQN.

**Parágrafo único.** Os relatórios de que trata o *caput* deste artigo ficam à disposição do Fisco municipal.

**Art. 19.** Os estabelecimentos que prestem serviços de exploração de rodovia, emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir sistema de controle das operações que emita relatórios diários e analíticos das receitas referentes à cobrança de preço ou pedágio dos usuários, incluindo as decorrentes de vendas por sistema de cobrança das cabines ou

postos de pagamentos, de vendas antecipadas de tíquetes e de vendas por sistema de cobrança eletrônica.

**Parágrafo único.** Os relatórios de que trata o *caput* deste artigo ficam à disposição do Fisco municipal.

**Art. 20.** As concessionárias ou permissionárias de transportes coletivos municipal de passageiros emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem utilizar bilhete de passagem emitido por perfuração, picotamento ou assinalação, contendo, em todas as vias, os dados relativos à viagem, ou contador dotado de catraca ou equipamento similar com dispositivo de irreversibilidade.

**Parágrafo único.** Para fins de controle fiscal, as concessionárias ou permissionárias de transportes coletivos de passageiros devem possuir planilhas de controle do movimento diário que contenham obrigatoriamente as seguintes informações:

**I** - denominação "Controle de Movimento Diário";

**II** - nome, endereço e números de inscrição municipal, estadual e CNPJ do estabelecimento prestador;

**III** - números indicados no início e ao final do dia no contador dotado de catraca ou equipamento similar com dispositivo de irreversibilidade, relativos à primeira e à última viagem, bem como a quantidade de vezes que tiver sido atingida sua capacidade máxima de acumulação ou o número do primeiro e do último bilhete de passagem vendido no dia;

**IV** – número total de passagens vendidas diariamente;

**V** – valor total das passagens vendidas no dia;

**VI** – coluna "Observações" para indicação de bilhetes cancelados e outras anotações.

**Art. 21.** Os estabelecimentos de ensino regular pré-escolar, fundamental, médio, superior ou que exerçam atividades educacionais de qualquer natureza emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir obrigatoriamente os seguintes documentos:

**I** – boleto bancário de cobrança, que deve obedecer as normas do Banco Central do Brasil quanto a sua forma, especificações técnicas, dimensão, campos, conteúdo, código de barras e linha digitável, ou carnê de pagamento de prestações escolares, na forma prevista em regulamento;

**II** - Livro de Registro de Matrículas Para o ISS, que deve conter as seguintes informações:

**a)** nome e endereço do tomador dos serviços;

**b)** número e data de matrícula do aluno;

**c)** identificação do curso, com indicação de série, semestre, turno, turma ou nível, conforme o caso;

**d)** data de baixa, transferência ou trancamento de matrícula;

**e)** observações diversas.

**§ 1º** No caso de utilização de boleto bancário de cobrança o prestador deve elaborar relatório mensal contendo os valores, quantidades e números dos boletos emitidos, bem como relatório disponibilizado pela instituição financeira, contendo as ocorrências referentes ao título, números, valores e respectivos tomadores dos serviços.

**§ 2º** Os contribuintes que já possuam o Livro de Registro de Matrícula de Alunos instituído por outro órgão do Poder Público ficam desobrigados da adoção do Livro de Registro de Matrículas Para o ISS, desde que o mesmo contenha as informações previstas no inciso II deste artigo.

**Art. 22.** Os teatros, boates e casas de shows emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem possuir sistema de impressão de ingressos, bilhetes, cartões, venda de mesas, cadeiras e camarotes que registre a receita total diária do estabelecimento, com discriminação dos preços cobrados de acordo com o número de ingressos de cada setor, inclusive a título de consumação mínima, cobertura musical e *couvert* artístico, bem como aqueles distribuídos a título de cortesia, benefício ou favor como contraprestação de serviço.

**Parágrafo único.** O sistema de que trata o *caput* deste artigo deve permitir a emissão de relatórios de vendas que ficarão à disposição do Fisco municipal.

**Art. 23.** Os estabelecimentos que prestem serviços de terminais rodoviários, ferroviários e metروiários e de movimentação de passageiros e mercadorias emissores de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) coletiva, que não utilizem equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), devem utilizar sistema de controle das operações que emita relatórios diários e analíticos das receitas referentes à cobrança de preço ou tarifa de utilização de banheiros, duchas e banhos, de guarda-volumes, de carga e descarga, de embarque e desembarque, de manuseio de bagagens e de traslado de passageiros.

**Parágrafo único.** Os relatórios de que trata o *caput* deste artigo ficam à disposição do Fisco municipal.

**Art. 24.** Os documentos de controle de que trata esta Subseção devem ser conservados pelo contribuinte e mantidos à disposição do Fisco Municipal pelo período decadal.

**Art. 25.** Os contribuintes que utilizem Nota Fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) coletiva em desacordo com o disposto neste Decreto estão sujeitos à aplicação das penalidades previstas na legislação, bem como ao arbitramento da base de cálculo do ISSQN, nos termos do Código Tributário Municipal (Lei nº 2.597/08).

**Seção II – Do Recibo Provisório de Serviços (RPS)**

**Art. 26.** Na impossibilidade de conexão imediata com o sistema para emissão da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e), o prestador de serviços deve emitir Recibo Provisório de Serviços – RPS, cujas informações devem ser posteriormente transmitidas ao sistema, para conversão em Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e).

**Art. 27.** O Recibo Provisório de Serviços – RPS tem formato livre, mas deve conter obrigatoriamente as seguintes informações:

**I** – a denominação "Recibo Provisório de Serviços – RPS";

**II** – a numeração do RPS, em ordem crescente sequencial, iniciada pelo numeral 1 (um), e a identificação da série alfanumérica, quando for o caso;

**III** – a data de emissão;

**IV** – a identificação do prestador do serviço;

**V** – a identificação do tomador do serviço;

**VI** – as informações quanto ao serviço prestado;

**VII** – a mensagem: **"Este Recibo Provisório de Serviços – RPS - NÃO TEM VALIDADE COMO NOTA FISCAL** devendo ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e em até 10 (dez) dias."

**§ 1º** O Recibo Provisório de Serviços – RPS deve ser emitido em, no mínimo, duas vias de igual teor, sendo uma delas entregue ao tomador do serviço e a outra mantida pelo prestador do serviço até a sua conversão em Nota Fiscal de Serviços eletrônica – NFS-e.

**§ 2º** O RPS deve ser confeccionado pelo prestador de serviços sem necessidade de autorização prévia por parte do Fisco municipal.

**§ 3º** A série alfanumérica de que trata o inciso II do *caput* deste artigo deve ser representada por até 05 (cinco) caracteres alfanuméricos capazes de identificar o equipamento emissor e deve preceder a numeração do RPS.

**§ 4º** No interesse da fiscalização, o Secretário Municipal de Fazenda poderá instituir procedimentos para controle do RPS.

**Art. 28.** A conversão do RPS em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve ser efetivada até o 10º (décimo) dia seguinte ao da sua emissão, não podendo, entretanto, ultrapassar o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao mês de competência.

**§ 1º** O prazo previsto no *caput* deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, podendo ser prorrogado caso o vencimento ocorra em dia não-útil.

**§ 2º** A conversão de que trata o *caput* deste artigo é realizada:

**I** – diretamente no sistema; ou

II – por transmissão em lotes, observado o seguinte procedimento:

- a) os lotes de RPS são processados pelo sistema, sendo de responsabilidade do contribuinte a verificação de que o lote foi processado corretamente;
- b) considerando-se válido o lote, são geradas as Notas Fiscais de Serviços eletrônicas (NFS-e) para cada RPS emitido;
- c) caso algum RPS do lote contenha informação considerada inválida, todo o lote é invalidado e as suas informações não são armazenadas na base de dados da Secretaria Municipal de Fazenda;
- d) no caso de não processamento do lote, o sistema informa as inconsistências ocorridas;
- e) o contribuinte, de posse das informações das inconsistências do lote, deve realizar os ajustes necessários e submeter novamente o lote para processamento e, até que o arquivo seja retificado, considera-se que o lote de RPS não foi enviado;
- f) A correção de quaisquer inconsistências nas informações transmitidas deve ser efetuada no prazo definido no *caput* deste artigo;

§ 3º A falta de conversão do RPS emitido em Nota Fiscal de Serviços eletrônica – NFS-e caracteriza a não emissão de nota fiscal, sujeitando o infrator às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 4º A substituição do RPS após o prazo previsto no *caput* caracteriza a emissão de documentos fiscais em desacordo com os requisitos regulamentares, sujeitando o infrator às penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 29. O RPS não convertido em Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e), danificado ou cancelado, deve ser guardado pelo contribuinte durante o prazo previsto na legislação tributária, para verificação pela Administração Tributária, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Seção III – Da Declaração de Serviços Tomados

Art. 30. Os prestadores de serviços autorizados a emitir NFS-e e os sujeitos passivos considerados como responsáveis tributários, nos termos do Código Tributário do Município de Niterói, devem declarar os serviços tomados de prestadores não emitentes de NFS-e de Niterói.

§ 1º A declaração de que trata o *caput* deve ser prestada até o dia de vencimento do prazo para pagamento do ISS previsto no Calendário de Recolhimento de Tributos Municipais, independentemente do local de tributação do ISS.

§ 2º A falta da declaração no prazo estabelecido, ou das correções ou complementações exigidas, sujeita o obrigado às penalidades previstas na legislação.

Seção IV – Do Livro Fiscal Eletrônico

Art. 31. O sistema gera eletronicamente o Livro Fiscal Eletrônico, sendo dispensada sua impressão, encadernação, autenticação e guarda.

Seção V – Do Pagamento do ISSQN e da Guia de Recolhimento do ISS

Art. 32. O recolhimento do ISSQN, próprio ou retido de terceiros, deve ser efetuado na rede arrecadadora credenciada pelo Município de Niterói, exclusivamente por meio da Guia de Recolhimento do ISS emitida pelo sistema, conforme modelo estabelecido no Anexo II deste Decreto.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica:

I – às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município de Niterói e os contribuintes optantes pelo Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, exceto quando houver previsão expressa na legislação de obrigatoriedade de recolhimento através de guia municipal; e

II – aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Niterói, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, que recolhem o ISSQN retido na fonte por meio dos sistemas orçamentário e financeiro dos governos federal, estadual e municipal;

Art. 33. No caso de sociedades profissionais, para a geração da guia de recolhimento, deve ser informado, através do sistema da Secretaria Municipal de Fazenda, até o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao da prestação do serviço, o número de sócios e de empregados habilitados para a atividade-fim da sociedade.

Parágrafo único. Caso não seja informado o número de sócios e de empregados habilitados para a atividade-fim da sociedade, conforme estabelecido no *caput* deste artigo, o ISSQN é calculado com base no número de sócios e de empregados habilitados para a atividade-fim da sociedade informado no mês anterior ao da competência para o qual foi emitida a guia de recolhimento, sem prejuízo do lançamento de eventual diferença do imposto apurada em procedimento fiscal.

Art. 34. Quando há crédito a favor do contribuinte no sistema de emissão de NFS-e da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Niterói, o sistema efetua de forma automática o abatimento do crédito do contribuinte, amortizando-o com débito vincendo do imposto.

Seção V – Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 35. As notas fiscais de serviços eletrônicas emitidas anteriormente ao novo sistema de emissão de NFS-e serão migradas e atualizadas de acordo com o *layout* do novo sistema, sem prejuízo da validade das informações prestadas como prova das operações registradas nas notas fiscais emitidas através do antigo sistema.

Art. 36. A partir do início do funcionamento do novo sistema de emissão de NFS-e, será bloqueada a emissão de NFS-e referente a competências anteriores a janeiro de 2013.

Art. 37. A ordem crescente e sequencial de numeração das NFS-e prevista no § 1º do art. 2º será reiniciada uma única vez, no dia 1º de Janeiro de 2019.

Art. 38. O Secretário Municipal de Fazenda fica autorizado a emitir normas complementares a este Decreto.


Art. 39. Ficam revogados o Decreto nº 10.767, de 22 de julho de 2010, o Decreto nº 11.043, de 04 de novembro de 2011, e as demais disposições em contrário.

Art. 40. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01º de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Niterói, em 03 de maio de 2018.

Rodrigo Neves – Prefeito


ANEXO I – MODELO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS – NFS-e



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e



Numero da Nota	Data e Hora de Emissão	Competência	Código de Verificação
Exigibilidade		Localidade da Prestação	

LOGOTIPO  
PRESTADOR

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_  
Nome/Razão Social: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Inscrição Municipal: \_\_\_\_\_  
Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: \_\_\_\_\_  
CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_  
UF: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Inscrição Municipal: \_\_\_\_\_

INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: \_\_\_\_\_  
CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_  
UF: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Inscrição Municipal: \_\_\_\_\_  
Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

CNAE:  
Subitem:

VALOR TOTAL DA NOTA =

Valor Total das Deduções (R\$) \_\_\_\_\_ Base de Cálculo (R\$) \_\_\_\_\_ Alíquota (%) \_\_\_\_\_ Valor do ISS (R\$) \_\_\_\_\_ Crédito p/ Abatimento do IPTU \_\_\_\_\_

OUTRAS INFORMAÇÕES

ANEXO II – MODELO DA GUIA DE RECOLHIMENTO DE ISS



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Guia de Recolhimento de ISS NFS/NFS-e

05/04/2018 10:53

Competência

Nº da Guia

CPF / CNPJ	Nome / Razão Social	(-) Valor Principal (R\$)
Aktividade Econômica	Prazo Mínimo Confirmação: Pagamento=24h	(+) Correção (R\$)
Inscrição	(+) Total de Serviços (R\$) _____ (-) Total de Deduções (R\$) _____	(+) Juros de Mora (R\$)
(=) Base de Cálculo (R\$)	(x) Aliq. _____ (x) Redução _____ (-) Valor ISS (R\$) _____	(+) Multa (R\$)
(+) ISS Ret. de Terc. (R\$) _____ (-) ISS Ret. por Terc. (R\$) _____	(-) Valor de Créditos (R\$) _____ (-) Valor de Abatimento (R\$) _____	(-) Descontos (R\$)
OBS:		(+) Taxa Expediente (R\$)
81610000002-4 50002863201-5 80410550000-8 01000276287-9		(=) Valor a Pagar (R\$)

SR CAIXA, NÃO ACEITAR APÓS 10/04/2018

Autenticação Mecânica Recibo do Contribuinte

Vencimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

Guia de Recolhimento de ISS NFS/NFS-e

05/04/2018 10:53

Competência

Nº da Guia

Nome / Razão Social	Valor a Pagar (R\$)
Inscrição	CPF / CNPJ
Base de Cálculo (R\$)	Aliq.
Vencimento	

Bancos conveniados: BB, CEF, Bradesco, Itau e Santander

81610000002-4 50002863201-5 80410550000-8 01000276287-9

SR CAIXA, NÃO ACEITAR APÓS 10/04/2018

Autenticação Mecânica Recibo do Banco



Portarias

- Port. nº 414/2018-** Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/05/2018, **FRANCISCO OTAVIO FLORIDO CARDOSO** do cargo de Subsecretário, SS, da Secretaria Municipal de Fazenda.
- Port. nº 415/2018-** Considera nomeado, a contar de 01/05/2018, **MICHAEL VINICIUS POMIM DE OLIVEIRA** para exercer o cargo de Subsecretário, SS, da Secretaria Municipal de Fazenda, em vaga da exoneração de Francisco Otavio Florido Cardoso.
- Port. nº 416/2018-** Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/05/2018, **LEONARDO RANGEL DOS SANTOS** do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Executiva.
- Port. nº 417/2018-** Considera nomeado, a contar de 01/05/2018, **FLAVIO RANGEL PALHETE** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Leonardo Rangel dos Santos, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.
- Port. nº 418/2018-** Considera exonerado, a contar de 01/08/2018, **FLAVIO RANGEL PALHETE** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Saúde, por ter sido nomeado para cargo incompatível.
- Port. nº 419/2018-** Considera nomeado, a contar de 01/05/2018, **WAGNER DA SILVA CORTEZ** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Saúde, em vaga da exoneração de Flavio Rangel Palhete, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.
- Port. nº 420/2018-** Nomeia **CLAUDIO VITORINO MACHADO** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Carlos Eduardo Rangel Guimarães, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.
- Port. nº 421/2018-** Considera nomeado, a contar de 01/05/2018, **FERNANDO CESAR FALKER VIEIRA** para exercer o cargo de Encarregado A, CC-4, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em vaga da exoneração de Thais Francisco Ramos, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

**Port. nº 422/2018-** Considera nomeada, a contar de 01/05/2018, **THAIS ALVES DE FREITAS** para exercer o cargo de Assistente B, CC-5, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em vaga da exoneração de Alan Cardoso Pereira, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

**Port. nº 423/2018-** Considera nomeada, a contar de 01/05/2018, **NATALYA BARRETO DE CASTRO NOVO** para exercer o cargo de Assistente B, CC-5, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em vaga da exoneração de Cosme Soares da Silva, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

**Port. nº 424/2018-** Considera nomeada, a contar de 01/05/2018, **ADRIANA DOS SANTOS HENRIQUES** para exercer o cargo de Assistente B, CC-5, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em vaga da exoneração de Dallila da Conceição Coelho de Abreu, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

**Port. nº 425/2018-** Considera nomeada, a contar de 01/05/2018, **DEISE DA SILVEIRA CAMANITO** para exercer o cargo de Assistente B, CC-5, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em vaga da exoneração de Nelson Mendes Toledo, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

**Despachos do Prefeito**

**Processo nº530/7003/16-** Considerando o constante no p. Administrativo, com fundamento na manifestação da Procuradoria Geral do Município e após cumprimento das exigências legais, DEFIRO a cassação da autonomia sob o nº0557 ao permissionário do serviço de táxi Sr. Paulo César da Silveira.

**Processo nº80/1424/18-** Considerando o constante no p. Administrativo, AUTORIZO o emplacamento de fretamento privado- pessoa jurídica requerido por AUGUSTO CESAR FERREIRA BORGES, veículo RENAULT MASTER, placa ODK 5668, uma vez cumpridas as exigências legais, nos termos dos despachos de fls.24 e 25.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**PORTARIA Nº 155/2018.**

Designar os Procuradores **MARIA CECILIA NOBRE MAURO DE ALMEIDA**, como **RELATORA**, **LEANDRO TELLES DE OLIVEIRA** e **KARINA PONCE DINIZ**, como **REVISOR** e **VOGAL**, respectivamente, para constituírem Comissão de Sindicância autuada através do Processo nº 020/001834/2018, com a finalidade de apurar os fatos mencionados no Processo nº 030/007891/2018.

**EXTRATO Nº 01/2018-SMA/ADSG**

**INSTRUMENTO:** Termo Unilateral de Reconhecimento de Dívida; **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **Águas de Niterói S/A**; **OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento a empresa **Águas de Niterói S/A**, da dívida líquida no valor total de **R\$ 25.580,48** (Vinte e cinco mil quinhentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos), referente ao pagamento do **fornecimento de água**, relativo à **dezembro/2017**; **VALOR: R\$ 25.580,48** (Vinte e cinco mil quinhentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos); **VERBA:** P. T. nº 17010412201454191 nº 3339092; FONTE 100; Nota de Empenho nº 1085, datada de 16/04/2018; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 020/614/2018; **DATA DA ASSINATURA:** 08 de março de 2018.

**EXTRATO Nº 02/2018-SMA/ADSG**

**INSTRUMENTO:** Termo Unilateral de Reconhecimento de Dívida; **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **Águas de Niterói S/A**; **OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento a empresa **Águas de Niterói S/A**, da dívida líquida no valor total de **R\$ 1.435,89** (Um mil quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos), referente ao pagamento do **fornecimento de água**, relativo à **dezembro/2017**; **VALOR: R\$ 1.435,89** (Um mil quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos); **VERBA:** P. T. nº 17010412201454191 nº 3339092; FONTE 100; Nota de Empenho nº 1086, datada de 16/04/2018; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 020/714/2018; **DATA DA ASSINATURA:** 06 de março de 2018.

**EXTRATO Nº 04/2018-SMA/ADSG**

**INSTRUMENTO:** Termo Unilateral de Reconhecimento de Dívida; **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **Águas de Niterói S/A**; **OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento a empresa **Águas de Niterói S/A**, da dívida líquida no valor total de **R\$ 646,17** (Seiscentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos), referente ao pagamento do **fornecimento de água**, relativo à **dezembro/2017**; **VALOR: R\$ 646,17** (Seiscentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos); **VERBA:** P. T. nº 17010412201454191 nº 3339092; FONTE 100; Nota de Empenho nº 1084, datada de 16/04/2018; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 020/715/2018; **DATA DA ASSINATURA:** 06 de março de 2018.

**EXTRATO Nº 05/2018-SMA/ADSG**

**INSTRUMENTO:** Termo Unilateral de Reconhecimento de Dívida; **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **VIVO**; **OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento a empresa **VIVO**, da dívida líquida no valor total de **R\$ 440,63** (Quatrocentos e quarenta reais e sessenta e três centavos), referente ao pagamento de serviço de telefonia, relativo à **dezembro/2017**; **VALOR: R\$ 440,63** (Quatrocentos e quarenta reais e sessenta e três centavos); **VERBA:** P. T. nº 17010412201454191 nº 3339092; FONTE 100; Nota de Empenho nº 981, datada de 09/04/2018; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 020/5796/2017; **DATA DA ASSINATURA:** 08 de março de 2018.

**EXTRATO Nº 06/2018-SMA/ADSG**

**INSTRUMENTO:** Termo Unilateral de Reconhecimento de Dívida; **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **TELEMAR NORTE LESTE S/A**; **OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento à empresa **TELEMAR NORTE LESTE S/A**, da dívida líquida no valor total de **R\$ 157,71** (Cento e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos), referente ao pagamento de serviço de telefonia, relativo à **agosto/2017**; **VALOR: R\$ 157,71** (Cento e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos); **VERBA:** P. T. nº 17010412201454191 nº 3339092; FONTE 100; Nota de Empenho nº 1186, datada de 26/04/2018; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 020/1067/2018; **DATA DA ASSINATURA:** 05 de março de 2018.

**EXTRATO Nº 07/2018-SMA/ADSG**

**INSTRUMENTO:** Termo Unilateral de Reconhecimento de Dívida; **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **ENEL**; **OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento à empresa **ENEL**, da dívida líquida no valor total de **R\$ 7.351,74** (Sete mil trezentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos), referente ao pagamento de serviço de energia, relativo à **novembro/2017**; **VALOR: R\$ 7.351,74** (Sete mil trezentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos); **VERBA:** P. T. nº 17010412201454191 nº 3339092; FONTE 100; Nota de Empenho nº 1188, datada de 26/04/2018; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 090/006/2018; **DATA DA ASSINATURA:** 08 de março de 2018.

**EXTRATO Nº 08/2018-SMA/ADSG**

**INSTRUMENTO:** Termo Unilateral de Reconhecimento de Dívida; **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **Águas de Niterói S/A**; **OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento a empresa **Águas de Niterói S/A**, da dívida líquida no valor total de **R\$ 247,57** (Duzentos e quarenta e sete



reais e cinquenta e sete centavos), referente ao pagamento do **fornecimento de água**, relativo à **novembro/2017**; **VALOR: R\$ 247,57** (Duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos); **VERBA:** P. T. nº 17010412201454191 nº 3339092; FONTE 100; Nota de Empenho nº 1189, datada de 26/04/2018; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 020/685/2018; **DATA DA ASSINATURA:** 08 de março de 2018.

**EXTRATO Nº 09/2018-SMA/ADSG**

**INSTRUMENTO:** Termo Unilateral de Reconhecimento de Dívida; **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **Águas de Niterói S/A**; **OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento a empresa **Águas de Niterói S/A**, da dívida líquida no valor total de **R\$ 128,30** (cento e vinte e oito reais e trinta centavos), referente ao pagamento do **fornecimento de água**, relativo à **novembro/2017**; **VALOR: R\$ 4.602,41** (quatro mil seiscentos e dois reais e quarenta e um centavos); **VERBA:** P. T. nº 17010412201454191 nº 3339092; FONTE 100; Nota de Empenho nº 1185, datada de 26/04/2018; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 020/686/2018; **DATA DA ASSINATURA:** 08 de março de 2018.

**EXTRATO Nº 10/2018-SMA/ADSG**

**INSTRUMENTO:** Termo Unilateral de Reconhecimento de Dívida; **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **ENEL**; **OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento à empresa **ENEL**, da dívida líquida no valor total de **R\$ 177,64** (cento e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), referente ao pagamento de serviço de energia, relativo à **outubro/2017**; **VALOR: R\$ 177,64** (cento e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos); **VERBA:** P. T. nº 17010412201454191 nº 3339092; FONTE 100; Nota de Empenho nº 1190, datada de 26/04/2018; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 020/5106/2017; **DATA DA ASSINATURA:** 08 de março de 2018.

**EXTRATO Nº 11/2018-SMA/ADSG**

**INSTRUMENTO:** Termo Unilateral de Reconhecimento de Dívida; **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **Águas de Niterói S/A**; **OBJETO:** reconhecimento, a liquidação e o pagamento a empresa **Águas de Niterói S/A**, da dívida líquida no valor total de **R\$ 128,30** (cento e vinte e oito reais e trinta centavos), referente ao pagamento do **fornecimento de água**, relativo à **novembro/2017**; **VALOR: R\$ 128,30** (cento e vinte e oito reais e trinta centavos); **VERBA:** P. T. nº 17010412201454191 nº 3339092; FONTE 100; Nota de Empenho nº 1187, datada de 26/04/2018; **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 4.320/64 e despachos contidos no processo nº 020/677/2018; **DATA DA ASSINATURA:** 08 de março de 2018.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018/SMA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI** COMUNICA QUE REALIZARÁ, **NO DIA 18 (DEZOITO) DE MAIO DE 2018, ÀS 10:00h**, NA SALA DE LICITAÇÃO/SMA LOCALIZADA NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA Nº 987/5º ANDAR – CENTRO – NITERÓI - RJ, CERTAME NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, SOB O Nº 016/2018/SMA, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, DESTINADA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS DENOMINADOS POR HDs EXTERNOS 10TB, CARTÕES DE MEMÓRIA 16 GB, FILMADORAS DIGITAIS 60X41X30 PRÓ, ACESSÓRIOS DE PEITO FILMADORA PRÓ, CÂMERAS FILMADORAS DIGITAIS FULL HD HDRPJ 1200 - LCD, MICRO COMPUTADORES DESKTOP E ESTABILIZADORES, NOTEBOOKS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO, INDISPENSÁVEIS A REGULAR EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES TÉCNICAS E OPERACIONAIS DO PROJETO "NITERÓI MAIS SEGURA".

O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER RETIRADOS PELO SITE [www.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroi.rj.gov.br). NO ÍCONE AVISO DE LICITAÇÕES – SMA E NO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987/5º ANDAR, DE 09:00 ÀS 16:00 HORAS (É NECESSARIO 01 PEN DRIVE PARA GRAVAÇÃO DA PLANILHA DA PROPOSTA E 01 RESMA DE PAPEL A4).

**EXTRATO Nº 10/2018-SMA**

**INSTRUMENTO:** Quarto Termo Aditivo nº 04/2018 ao Contrato nº 08/2014. **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a empresa **EGS ELEVADORES LTDA-EPP**. **OBJETO:** Prorrogação de prazo do Contrato nº 08/2014 e referente à manutenção preventiva e corretiva de 04(quatro) elevadores, sendo 01(um) localizado no prédio do CISP e os outros 03(três) no CAN, abrangendo o fornecimento de peças. **PRAZO:** 02 (dois) meses, a conta da assinatura do termo. **VALOR:** R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais). **VERBA:** P. T. nº 17.01.04.122.0145.4191; C.D. nº 3.3.3.9.0.3.9; FONTE 108; Nota de Empenho nº001097, datada de 18/04/2018. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93; em especial o inciso II do Art. 57 e despachos contidos no processo nº 020/4669/2017. **DATA DA ASSINATURA:** 20 de abril de 2018.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2018  
HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista o que consta no processo nº 020/000206/2018, para contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva de 04 (quatro) elevadores pelo período de 12 (doze) meses, abrangendo o fornecimento de peças e equipamentos para o Centro Administrativo de Niterói- CAN, localizado na Rua Visconde de Sepetiba, 987 – Centro – Niterói/RJ e Centro Integrado de Segurança Pública – CISP, localizado na Estrada Francisco da Cruz Nunes, 666 – Piratininga – Niterói/RJ, em regime de empreitada por preço global, incluindo garantia e assistência técnica, conforme Especificações Básicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, **homologo** o resultado da licitação, por **PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 013/2018**, adjudicando a prestação de serviço a empresa **ELEVADORES VILLARTA LTDA – CNPJ nº 54.222.401/0001-15**, no valor total licitado de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), de acordo com inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**Despachos do Secretário**

**Adicional- Deferido**  
20/1006/18

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
DESPACHO DO PRESIDENTE DO FCCN**

**30/14622/16 – AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A. - “ACORDÃO Nº. 2032/2018 – RECURSO APRESENTADO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 37 DO DECRETO 10487/09. INTEMPESTIVIDADE PREJUDICIAL À APRECIACÃO DO MÉRITO. RECURSO NÃO CONHECIDO. ”**

**30/22323/17 – CT SGI CONSULTORIA TÉCNICA PARA SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA LTDA ME. - “ACORDÃO Nº. 2034/2018 – ISSQN – AUTO DE INFRAÇÃO 51307/17. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ”**

**30/22321/17 - CT SGI CONSULTORIA TÉCNICA PARA SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA LTDA ME. - “ACORDÃO Nº. 2035/2018 – NOTIFICAÇÃO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL – PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

**DESPACHO DO COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E FISCALIZAÇÃO  
EDITAL**

**30/21024/16**

**DECORRIDO O PRAZO DE 30 DIAS DA PUBLICAÇÃO DA SUSPENSÃO PROVISÓRIA SEM A IMPUGNAÇÃO DO CONTRIBUINTE, A COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO**

E FISCALIZAÇÃO TORNA PÚBLICA QUE FICA DEFINITIVAMENTE SUSPENSA DO CADASTRO DE CONTRIBUINTE DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI (CCTM) A INSCRIÇÃO DE Nº 101.925-6 DO CONTRIBUINTE SAFIRA PRESTADORA DE SERVIÇOS ME, DE CNPJ 03.117.492/0001-98 POR NÃO TER SIDO LOCALIZADO NO ENDEREÇO CADASTRADO, NOS TERMOS DO ART. 13, PARÁGRAFOS 3º, 5º E 7º DO DECRETO 10.316/08.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE  
Atos do Subsecretário de Trânsito

Portaria SMU/SST nº 063, de 24 de abril de 2018.

O Presidente da NitTrans e Subsecretário de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e do art. 2º da Lei Municipal nº 2.283/05;  
**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13, 11.445/13 e 12.143/15, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;  
**Considerando** que a faixa reversível é uma medida de engenharia de tráfego, amplamente aprovada pelos usuários por ter a capacidade de aumentar significativamente o fluxo de veículos, inclusive do Transporte Público coletivo e individual, mormente nos horários de "pico" de trânsito;  
**Considerando** a inauguração do túnel Charitas – Cafubá gerou a absorção de muitos veículos, diante da ausência de pedágio e da facilidade de deslocamento, diminuindo muito o número de veículos que utilizavam a faixa reversível nos finais de semana e feriados;  
**Considerando** a possibilidade de retomar a implantação da faixa reversível, por meio das medidas estabelecidas na Operação Verão 2018/2019, em virtude do aumento expressivo de veículos em direção às praias da Região Oceânica.  
**Considerando** o disposto nas Portarias SMU/SSTT 48/2013, 03/2015 e SMU/SST 106/2016, 21/2018 e 62/2018;  
**RESOLVE:**  
**Art. 1º.** Suspender a faixa reversível implantada na Rua Jornalista Sílvia Thomé, no trecho compreendido entre a Av. Rui Barbosa e a Rua Rev. Armando Ferreira, inclusive nos finais de semana, ressalvadas as opções na Operação Verão.  
**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SST nº 064 de 27 de abril de 2018.

O Presidente da NitTrans e Subsecretário de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e do art. 2º da Lei Municipal nº 2.283/05;  
**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13, 11.445/13 e 12.143/15, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;  
**Considerando** o art. 29, incisos VII e VIII da Lei Federal nº 9.503/97;  
**Considerando** que os veículos das Forças Armadas e os veículos de categoria oficial só trafegam em ato de serviço e podem ser considerados de utilidade pública;  
**Considerando** as Portarias SSPTT nº 227/12 e SMU/SSTT nº 218/14.  
**RESOLVE:**  
**Art. 1º.** A alínea "a" do art. 2º da Portaria SSPTT nº 227/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Art. 2º  
a) Alameda São Boaventura e Av. Feliciano Sodré – Apenas ônibus, vans, táxis, motocicletas, veículos de emergência, veículos de serviço especialmente autorizados, veículos das Forças Armadas e veículos de categoria oficial."  
**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS  
Rescisão Contratual

Consideram-se rescindidos os contratos abaixo relacionados, de acordo com o resultado do processo seletivo simplificado realizado por esta Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SASDH, por prazo determinado, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.083/14, em caráter transitório e de excepcional interesse público.

CONTRATO	CONTRATADO	CARGO	RESCISÃO EM
478/2017	VALÉRIA SILVA AUGUSTO	PSICÓLOGO	13/04/2018
CONTRATO	CONTRATADO	CARGO	RESCISÃO EM
200/2017	ANDRESSA MENEZES ALMEIDA	EDUCADOR SOCIAL	16/04/2018

Convocam-se para procedimento administrativo os candidatos do cadastro reserva do Processo Seletivo de Contrato Temporário da SASDH, edital nº 01/2016, listado abaixo, para se apresentar na Rua Coronel Gomes Machado, nº 281 – Centro – Niterói – RJ.

PSICÓLOGO
42. ANDREA DE BARROS GOMES
EDUCADOR SOCIAL
72. PRISCILA MOTTA SCOBINO DE SOUZA

Os convocados devem se apresentar à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, na Gestão do Trabalho, no prazo de três dias úteis a contar da data desta publicação. O não comparecimento dos convocados implicará na convocação do próximo da lista.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Despacho da Secretaria  
EXTRATO Nº 54/2018

Ratifico a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. PARTES: Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a EMPRESA C ALVES MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME. OBJETO: Aquisição de tintas para aplicação na Av. Marquês de Paraná e Av. Visconde do Rio Branco. VALOR: R\$6.849,50. Proc.nº040/00716/2018, DATA:25/04/2018.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
PORTARIA PGM Nº 12, DE 27 DE ABRIL DE 2018.

O Procurador Geral do Município de Niterói, no uso de suas atribuições:  
**Art. 1º.** Designa o Procurador do Município Rodrigo Botelho Kanto para responder interinamente, nos dias 07 de maio de 2018 a 18 de maio de 2018, pelo cargo de Superintendente Jurídico da Secretaria Municipal de Fazenda, exercido pelo Procurador do Município Carlos Eduardo Lima.  
**Parágrafo único.** Os processos administrativos distribuídos para a Superintendência Jurídica da Secretaria Municipal de Fazenda (FSJU) no período de substituição são de responsabilidade do Procurador substituto.  
**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edital PGM Nº 03, DE 2018  
A PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 6º PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe são conferidas, informa que, em razão da instabilidade do sistema, as inscrições serão prorrogadas até o dia 18 de maio de 2018, nos termos do Edital de convocação.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO N.º: 59/2018.

**INSTRUMENTO:** Termo de Ajuste de Contas n.º 38/2018. **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Nutrindo Comércio e Serviços Ltda. **OBJETO:** Constitui objeto deste Termo de Ajuste de Contas o pagamento à Nutrindo pela prestação de serviços de preparo, acondicionamento e transporte de alimentação para o Hospital Carlos Tortelly (HMCT), Central de Regulação (CREG) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), no período de fevereiro de 2018 a março de 2018. **VALOR:** R\$ 569.916,20 (quinhentos e sessenta e nove mil, novecentos e dezesseis reais e vinte centavos). **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.10.302.0133.4052, Código de Despesa n.º 33.90.30.00, Fonte n.º 207 e Nota de Empenho n.º 000329/2018. **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/93, bem como o processo administrativo n.º 200/2775/2018. **ASSINATURA:** 26 de abril de 2018.

EXTRATO N.º: 60/2018.

**INSTRUMENTO:** Termo de Ajuste de Contas n.º 39/2018. **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Vida Light Alimentação e Serviços Ltda. **OBJETO:** Constitui objeto deste Termo de Ajuste de Contas o pagamento à Vida Light pela prestação de serviços de preparo, acondicionamento e transporte de alimentação para o Hospital Psiquiátrico Jurujuba (HPJ) e Maternidade Municipal Alzira Reis (MMAR), no período de fevereiro de 2018 e março de 2018. **VALOR:** R\$ 270.423,37 (duzentos e setenta mil, quatrocentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos). **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.10.302.0133.4052, Código de Despesa n.º 33.90.30.00, Fonte n.º 207 e Nota de Empenho n.º 000328/2018. **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666/93, bem como o processo administrativo nº 200/2939/2018. **ASSINATURA:** 26 de abril de 2018.

AVISO DE PREGÃO  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Comissão Permanente de Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº: 010/2018**  
**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, PESAGEM, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE COM RISCOS QUÍMICOS GRUPO B e E  
**DATA DA REALIZAÇÃO:** 22/MAIO/2018      **HORA:** 10:00  
**PROCESSO Nº:** 200/5896/2015

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site [www.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroi.rj.gov.br) ou na FMS – Niterói (é necessário levar um CD virgem ou PENDRIVE para gravação).

COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO  
AVISO DE PREGÃO

A Comissão Permanente de Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

**PREGÃO PRESENCIAL Nº: 012/2018**  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE DUAS CABINES DE SEGURANÇA BIOLÓGICA CLASSE II B2, para o laboratório da Policlínica João Vizella (uso no setor de tuberculose) e Farmácia do Hospital Carlos Tortelly (uso no setor de Manipulação e Quimioterápicos)  
**DATA DA REALIZAÇÃO:** 17/MAIO/2018      **HORA:** 10:00  
**PROCESSO Nº:** 200/12829/2017

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site [www.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroi.rj.gov.br) ou na FMS – Niterói (é necessário levar um CD virgem ou PENDRIVE para gravação).

AVISO DE PREGÃO  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Comissão Permanente de Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº: 013/2018**  
**OBJETO:** EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES DE IMUNOHEMATOLOGIA COM INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NAS UNIDADES DE HEMOTERAPIA DO HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS TORTELLY E DO HOSPITAL ORÊNCIO DE FREITAS.  
**DATA DA REALIZAÇÃO:** 24/MAIO/2018      **HORA:** 10:00  
**PROCESSO Nº:** 200/12807/2017

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site [www.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroi.rj.gov.br) ou na FMS – Niterói (é necessário levar um CD virgem ou PENDRIVE para gravação).

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS  
Licença Especial (Deferido)

200/5029/2012 - Port. 190/2018 - Jorge da Conceição Gomes  
200/2992/2016 - Port. 191/2018 - Jorge Luiz Moço  
200/2375/2016 - Port. 192/2018 - Marco Aurelio Braz Pietro Bom  
200/209/2010 - Port. 193/2018 - Marcos Quaresma de Moura  
200/1578/2015 - Port. 194/2018 - Teresinha Terra Lachini  
**Abono Permanência (Deferido)**  
200/5462/2018 – Rita de Cassia Teixeira dos Santos de Lemos

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO  
EDITAL 001/2017

CANDIDATOS NÃO CONTRATADOS

A Presidente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Coordenadoria de Recursos Humanos, de acordo com o estabelecido no Edital N° 001/2017, Processo Seletivo Público Simplificado, que visa à contratação temporária de servidores para os serviços assistenciais de saúde e administrativos da Estratégia de Saúde da Família / Programa Médico de Família, informa que encontra-se disponível no Sítio Eletrônico [www.saude.niteroi.rj.gov.br](http://www.saude.niteroi.rj.gov.br) a relação dos candidatos habilitados convocados para contratação que não compareceram, no momento oportuno, além dos desistentes e daqueles que solicitaram final de fila.

Os referidos candidatos habilitados faltosos foram eliminados da seleção com base no disposto nos itens 8.12 e 9.1 do edital, gerando vagas ociosas.

ITENS DO EDITAL

8.12- O não atendimento, pelo candidato, à convocação efetuada implicará a sua imediata desistência, estando, portanto, eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado.

9.1- O não atendimento a quaisquer das condições e prazos estabelecidos neste Edital em quaisquer das etapas do certame resultará na eliminação do candidato do Processo Seletivo Público Simplificado. **CANDIDATOS**

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	SITUAÇÃO
07882	GABRIELA STUTZ FRANCISCO MOREIRA	006-Médico da Família	FALTOSO
05362	RAFAEL LUCIO PETRONZELLI	006-Médico da Família	FALTOSO
04959	BRUNA NATAL FERREIRA DOS SANTOS	006-Médico da Família	FALTOSO
07022	KARI SABINE FERRAZ PIMENTEL	006-Médico da Família	FALTOSO
03433	RENATO MOREIRA BRETAS	006-Médico da Família	FALTOSO
11136	RAQUEL DE ARAUJO MACEDO	006-Médico da Família	FINAL DE FILA
09775	PEDRO HENRIQUE FERNANDES JOSEPHSON RIBEIRO	006-Médico da Família	FALTOSO
05064	HEILWIG PITOMBEIRADE TOLEDO	006-Médico da Família	FALTOSO
05415	VALERIA MARTINS MONTEIRO DE CASTRO	008-Dentista	FALTOSO
06885	SANDRA FERREIRA DE ARAUJO COSTA	012-Fisioterapeuta	FALTOSO

01418	ANDERSON LUIZ SIQUEIRA LIMA	013-Enfermeiro	FALTOSO
02773	MONICA BRAGA MACHADO PEREIRA	013-Enfermeiro	FALTOSO
09094	CLAUDIA REGINA MELLO DA SILVA ABREU	018-Técnico de Enfermagem	FALTOSO
05757	LUCIANA MARÇAL E SILVA	018-Técnico de Enfermagem	FINAL DE FILA
03470	MARIA DE FATIMA COSTA SANTOS	019-Assistente Administrativo	FALTOSO
00665	JOELMA DO NASCIMENTO TINOCO	019-Assistente Administrativo	FALTOSO
00996	LUCIA CRESPO COUTINHO	021-Agente Comunitário de Saúde	FALTOSO
06105	THAIS DOS SANTOS SILVA	021-Agente Comunitário de Saúde	FALTOSO
02978	BEATRIZ GUEDES FIRMINO DA SILVA	021-Agente Comunitário de Saúde	FALTOSO
04627	DANIELLE MOREIRA DA SILVA GIL	021-Agente Comunitário de Saúde	FALTOSO
04617	VANESSA DA SILVA BATISTA	021-Agente Comunitário de Saúde	FALTOSO
01781	TAÍS ELIZABETE E SOUSA	021-Agente Comunitário de Saúde	FALTOSO
07905	FABIANA PEREIRA	021-Agente Comunitário de Saúde	FALTOSO
00626	CAMILLA TENÓRIO DA SILVA	021-Agente Comunitário de Saúde	FALTOSO
03601	SARA TOLEDO DE SOUZA	021-Agente Comunitário de Saúde	FALTOSO
02651	FERNANDA GOMES DA SILVA	021-Agente Comunitário de Saúde	FALTOSO
01643	ARDELINA TRINDADE VALE	022-Auxiliar em Saúde Bucal	FALTOSO
00466	FÁTIMA CRISTINA RODRIGUES PEREIRA	022-Auxiliar em Saúde Bucal	FALTOSO
08402	MARILENE FERREIRA BASSON	022-Auxiliar em Saúde Bucal	FALTOSO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO  
EDITAL 001/2017

A Presidente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE de Niterói, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Lei Municipal nº 3.083, de 19 de maio de 2014, alterada pela Lei Municipal nº 3.086/2014, torna público o Extrato do Contrato do Processo Seletivo Público Simplificado, que visa à contratação temporária de servidores para os serviços assistenciais de saúde e administrativos da Estratégia de Saúde da Família / Programa Médico de Família, no Diário Oficial do Município de Niterói, nos moldes do disposto no item 8.7, I, II, III, IV, V e VI do Edital N° 001/2017.

Todas as contratações temporárias de servidores para os serviços assistenciais de saúde e administrativos da Estratégia de Saúde da Família / Programa Médico de Família, tem como fundamento a necessidade temporária de excepcional interesse público, em conformidade com o disposto no artigo 2°, § 1°, VI e § 2° da Lei Municipal nº 3.086/2014.

EXTRATO DO CONTRATO

NOME DO CONTRATATO (8.7, I)	ÓRGÃO DE LOTAÇÃO (8.7, II)	DURAÇÃO DO CONTRATO (8.7, III)	FUNÇÃO (8.7, IV)	REMUNERAÇÃO MENSAL (8.7.6, IV)	DESPESA TOTAL (8.7, V)
FELIPE LIMA REIS	PMF – VITAL BRASIL	De 20/04/2018 à 20/04/2019	MÉDICO DE FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 186.666,66
GLAUCIO COSTA ABRANTES DOS SANTOS	PMF – SAPÊ	De 20/04/2018 à 20/04/2019	MÉDICO DE FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 186.666,66
HILDOMAR BATISTA DOS SANTOS	PMF – VILA IPIRANGA	De 20/04/2018 à 20/04/2019	MÉDICO DE FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 186.666,66
NADJA NAILA SALLES DE MAGALHÃES MACHADO	PMF - LEOPOLDINA	De 20/04/2018 à 20/04/2019	MÉDICO DE FAMÍLIA	R\$ 14.000,00	R\$ 186.666,66
SOLANGE SOUZA EXPERIDIÃO	CONSULTÓRIO NA RUA	De 20/04/2018 à 20/04/2019	PSICÓLOGO	R\$ 4.000,00	R\$ 53.333,20
LUIZ FELIPE DA ROCHA MONTEIRO	PMF – CAFUBÁ III	De 20/04/2018 à 20/04/2019	DENTISTA	R\$ 6.000,00	R\$ 79.999,80
FERNANDO AUGUSTO VENTURA DE BRAGANÇA ALVES	PMF – ALARICO DE SOUZA	De 20/04/2018 à 20/04/2019	DENTISTA	R\$ 6.000,00	R\$ 79.999,80
DAYHANE BOECHAT FERNANDES	PMF – MATAPACA	De 20/04/2018 à 20/04/2019	DENTISTA	R\$ 6.000,00	R\$ 79.999,80
MÁRCIO SANTANA MOTA	PMF – ENFENHO DO MATO	De 20/04/2018 à 20/04/2019	DENTISTA	R\$ 6.000,00	R\$ 79.999,80
MARCELLA SERPA DA SILVA	PMF – NOVA BRASÍLIA	De 20/04/2018 à 20/04/2019	DENTISTA	R\$ 6.000,00	R\$ 79.999,80
PAOLA ROZA DA SILVA	PMF – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ANALISTA ADMINISTRATIVO	R\$ 4.000,00	R\$ 53.333,20
DIEGO DE OLIVEIRA DA CUNHA	PMF – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ANALISTA ADMINISTRATIVO	R\$ 4.000,00	R\$ 53.333,20
MILENE SARINHO VICTORIO	PMF – CANTAGALO	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ENFERMEIRO	R\$ 4.000,00	R\$ 53.333,20
SANDRA REGINA PEREIRA DOS SANTOS	PMF – VILA IPIRANGA	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ENFERMEIRO	R\$ 4.000,00	R\$ 53.333,20
JAIANE LUCIA DE SOUZA	PMF – PREVENTÓRIO I	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ENFERMEIRO	R\$ 4.000,00	R\$ 53.333,20
TATIANA PIRES PINTO	PMF – MARAVISTA	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ENFERMEIRO	R\$ 4.000,00	R\$ 53.333,20
GISELE DA SILVA	PMF – CAFUBÁ I	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ENFERMEIRO	R\$ 4.000,00	R\$ 53.333,20
MARILIA CORDEIRO BERNARDES	PMF - ITITIOCA	De 24/04/2018 à 24/04/2019	TERAPEUTA OCUPACIONAL	R\$ 3.500,00	R\$ 46.666,55
GENICEA DE OLIVEIRA MARTINS	PMF – CAFUBÁ III	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
MARIA LUCIA SILVA DE ANDRADE	PMF – MACEIÓ	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
MARIA DA PENHA DA SILVA ROSA	PMF – MACEIÓ	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
KATIA REGINA FAGUNDES DE CARVALHO	PMF – CARAMUJO	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
MAURINEÁ BATISTA DA SILVA BASTOS	PMF – GROTA I	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
RITA DE CASSIA RODRIGUES LIMA	PMF – NOVA BRASÍLIA	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
ADRIANA MARIA DA SILVEIRA MARTINS	PMF – PREVENTÓRIO I	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
ADRIANA DE JESUS	PMF – MARTINS TORRES	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
PRISCILLA JOSÉ DA SILVA	PMF – JURUJUBA	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
JOSILENE DOS SANTOS DIAS BENTO	PMF – LEOPOLDINA	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
IRENI MOREIRA DE SOUZA	PMF –MORRO DO CEU	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
VANESSA WENER FIGUEIRA FERREIRA	PMF – VILA IPIRANGA	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
ANGELICA BARBOSA DA SILVA	PMF – VITAL BRASIL	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
FRANCINETE SILVA DOS SANTOS	PMF – VÁRZEA DAS MOÇAS	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
VIVIANE ARRUDA DE LIMA	PMF – ITITIOCA	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
PRISCILA MARTINS DO NASCIMENTO	PMF – VIRADOURO	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
MARIA APARECIDA MONTEIRO DE SOUZA	PMF – VIRADOURO	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25

TALITA SIQUEIRA GOMES	PMF – CAFUBÁ III	De 25/04/2018 à 25/04/2019	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 2.650,00	R\$ 35.333,25
PATRYCIA DE OLIVEIRA MARINS	PMF – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 2.200,00	R\$ 29.333,26
RAYSSA NASCIMENTO DOS SANTOS	PMF – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 2.200,00	R\$ 29.333,26
BRENDA LIZ LIMA SÁ REGO	PMF – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 2.200,00	R\$ 29.333,26
ROSIMERI JOSE DE MENDONÇA SANTOS	PMF – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 2.200,00	R\$ 29.333,26
CYNTHIA APARECIDA LOUZADA	PMF – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 2.200,00	R\$ 29.333,26
ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 2.200,00	R\$ 29.333,26
SILVIA DE OLIVEIRA DANTAS	SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 2.200,00	R\$ 29.333,26
ADRIANA DA SILVA CARVALHO	PMF – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	De 24/04/2018 à 24/04/2019	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 2.200,00	R\$ 29.333,26
MICHELE DA SILVA MARTINS	PMF - COLÔNIA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
WENDERSON ROGERIO DIAS SILVA	PMF – GROTA I	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
AMANDA DE SOUZA CAETANO	PMF – ILHA DA CONCEIÇÃO	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	PMF – ITITIOCA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
VANESSA CRISTINA FARIA	PMF – NOVA BRÁSILIA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
ANA CARLA SILVA DO NASCIMENTO	PMF – VILA IPIRANGA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
GIZELI MONTEIRO CORDOVIL	PMF – VILA IPIRANGA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
VINICIUS DA CRUZ SILVA	PMF – VILA IPIRANGA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
MARIA DE FATIMA SANTOS WEBER XAVIER	PMF – VILA IPIRANGA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
DRIELE DOS SANTOS FIGUEIREDO	PMF – JURUJUBA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
NELUCHA DE OLIVEIRA ROSA	PMF – ATALAIA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
THAIS SILVA TALAVEIRA	PMF – ATALAIA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
SUELEN DOS SANTOS PINTOS	PMF – ATALAIA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
ELIZABETH MICHELLE MACEDO AMARAL DE OLIVEIRA	PMF - BADÚ	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
MARCIO JOSE DAVID DA SILVA	PMF - BADÚ	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
RAFAELLA MENDONÇA DA SILVA	PMF – BADÚ	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
JESSICA SENNA DE CARVALHO	PMF – MACEIÓ	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
THAIS ALVES GUIMARÃES PIO	PMF – MACEIÓ	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
CARLA DA SILVA OLIVEIRA	PMF – MACEIÓ	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
GABRIEL CÉSAR BRAGA DE OLIVEIRA	PMF – MARÍTIMOS	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
LAYSSA MARQUES BRAGA	PMF – MARÍTIMOS	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
BRUNO PINTO ALVARES	PMF – MARTINS TORRES	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
MICHELLE MONTEIRO DE SOUZA	PMF – PREVENTÓRIO I	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
VIVIANE JARDIM DOS SANTOS PAIVA	PMF – VIÇOSO JARDIM	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
PRISCILLA DO NASCIMENTO SOARES PINTO	PMF – VIÇOSO JARDIM	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
ROBSON SALGADO FILHO	PMF – VIÇOSO JARDIM	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
MIRIAN MARQUES NORATO	PMF – VIÇOSO JARDIM	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
INDIANA FELICISSIMO FIGUEIREDO	PMF – VIRADOURO	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63
JULIANA DUTRA FONSECA	PMF – VIRADOURO	De 27/04/2018 à 27/04/2019	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R\$ 1.100,00	R\$ 14.666,63

ROSILENE ANTUNES NOGUEIRA	PMF – MARUÍ	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	R\$ 1.300,00	R\$ 17.333,29
JANAINA ADALGISA COSTA SILVA	PMF - ALARICO	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	R\$ 1.300,00	R\$ 17.333,29
ROZANA DE MELLO DOS SANTOS	PMF - MARAVISTA	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	R\$ 1.300,00	R\$ 17.333,29
ISABEL CRISTINA BARRETO	PMF - BADÚ	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	R\$ 1.300,00	R\$ 17.333,29
MARCIA CRISTINA SILVA DE SOUZA GIANNERINI	PMF – ENGENHO DO MATO	De 26/04/2018 à 26/04/2019	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	R\$ 1.300,00	R\$ 17.333,29

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO Nº02/2018**  
Aprovo a proposta do Presidente da CPL e sua equipe de apoio, adjudicando e homologando o certame supracitado tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção para os micro-ônibus e ônibus escolares pertencentes à frota da FME, conforme preconizado no Art. 22, § 3º da Lei nº8.666/93, à empresa: **NT EVENTOS E SERVIÇOS EIRELI-ME CNPJ 23.413.233/0001-11**, no valor de **R\$77.540,70** (setenta e sete mil, quinhentos e quarenta reais e setenta centavos). A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho nº 20.43.12.361.0135-4067, Código de Despesa nº33390-39, Fonte 205. Processo nº210/5790/2017.

**CPL/EQUIPE DO PREGÃO**  
**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL COM SRP N.º 04/2018**  
O Pregoeiro, no uso de suas atribuições, informa que a Sessão Pública de realização do Pregão supra, será no dia 14 de maio de 2018, às 14:30 h no Auditório da CPL, situado na Rua Visconde de Uruguai nº 414 – Centro – Niterói-RJ. O presente Pregão tem por objeto a aquisição de colchonetes, a fim de atender as necessidades nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Niterói, Sede e Anexos da Fundação Municipal de Educação, através do sistema de Registro de Preço, conforme especificações constantes da Proposta Detalhe e do Termo de Referência. O Edital poderá ser retirado no endereço acima, no horário das 10:00h às 16:00h. Os interessados em retirar o Edital deverão apresentar 01 (um) CD-R virgem, uma resma de papel A4 e o carimbo padronizado do CNPJ.

**TERMO DE CONTRATO Nº 02/2018**  
**Instrumento:** TERMO DE CONTRATO Nº 02/2018. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI – FME E A LLS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI. **Objeto:** O presente Contrato tem por objeto a aquisição de Fogões para atender as necessidades das Unidades Educação de Município de Niterói, conforme solicitação das Unidades Escolares, Processo Administrativo Nº 210/5489/2017. (Proc.Ref.210/0873/2017)(2ª RETIRADA). **Prazo:** 12 (doze) meses, cujo início será contado a partir da data do recebimento da Primeira Ordem de Execução da compra contratada, conforme previsto no item 21.2 do Edital do Pregão Presencial Nº 005/2017.**Valor: R\$ 17.680,00** (dezessete mil seiscentos e oitenta reais),à conta do Programa de Trabalho:12.361.0135.4066. Código de Despesa 3449052000000. Fonte: 100. Empenho Nº00050/2018. **Gestora/Fiscais:** De acordo com a Portaria FME Nº673/2018. **Fundamento Legal:** Decreto Nº 4.342/2002, Lei Federal Nº 10.520/2002, Decreto Municipal Nº 9.614/2005, Lei Municipal Nº 1.494/96, Lei Complementar Nº 123/2006 e Lei Nº 8.666/93. **Processo:** 210/5489/2017.**Data da Assinatura:** 20/02/2018.

**PORTARIA FME Nº673/2018**  
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de atribuições legais estatutárias,  
**RESOLVE:**  
**Art. 1º:** Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como **Gestora**, Sr.ª Ivone Albertino Rosa, Diretora do Departamento de Alimentação Escolar/FME, matrícula 219.379-5 e como **Fiscais**, Claudia Cristina Alves Torres, Agente de Administração Educacional, matrícula, 237.394-2 e Vicentina Ribeiro Vianna, Supervisora Educacional Especial, matrícula 233.272-4, ambas lotadas no Departamento de Alimentação Escolar/FME, do **Contrato Nº 02/2018**, o qual tem por objeto a aquisição de Fogões para atender as necessidades das Unidades Educação de Município de Niterói, conforme solicitação das Unidades Escolares, **Processo Administrativo Nº 210/5489/2017. (2ª RETIRADA)**, celebrado entre a FME e a empresa LLS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI., Processo Administrativo 210/54/2017. (Proc.Ref.210/0873/2017)  
**Art. 2º:** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 20/02/2018.

**FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI - FAN**  
**Ato do Presidente**  
**EXTRATO CONTRATUAL Nº 008/2018**  
Instrumento/espécie: contrato por dispensa de licitação; Partes: Fundação de Arte de Niterói – FAN e CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CIEE; Resumo do Objeto: contratação do centro integração empresa escola - CIEE referente a prestação de serviços de recrutamento, administração do processo contratual, acompanhamento e avaliação do estágio junto às faculdades com inclusão de seguro contra acidentes pessoais em favor de cada estagiário sob contrato, na forma do Artigo 24, XIII c/c 26 ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e processo administrativo/FAN/220/000746/2018 na forma do ato de dispensa de licitação sob o nº 003/18; Prazo de duração e execução: 12 (doze) meses a contar de 02/05/2018; Fundamentação Legal: Processo administrativo/FAN/000746/18 e Artigo 24, XIII c/c 26 ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; ato de dispensa sob o nº003/18; valor total: R\$ 893.272,00 (oitocentos e noventa e três mil, duzentos e setenta e dois reais), dotação orçamentária: NATUREZA DA DESPESA: 3339039380000 / FONTE DE RECURSO: 108 / PROGRAMA DE TRABALHO: 41.41.13.39101364101, nota de empenho nº 000331 de 24/04/18 e no valor de R\$ 660.429,00; forma de pagamento: parcelas mensais e conforme a execução; Registrado: Termo nº 008/2018, fls. 5 vº, Livro nº TRÊS; Data da Assinatura: 27/04/2018.

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 009/2018**  
Instrumento/espécie: Termo de re-rratificação ao 5º TERMO ADITIVO referente ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CADEIRAS DE PLÁSTICO, A SEREM UTILIZADAS NOS EVENTOS DO PROJETO "CULTURA NITERÓI – ARTE NA RUA" DA FAN/SMC; Partes do Termo: Fundação de Arte de Niterói – FAN E GURI FESTAS E EVENTOS LTDA; Resumo do Objeto do Termo: Re-rratificação ao 5º Termo Aditivo passando a cláusula primeira ter seguinte redação: "prorrogação da prestação de serviços de locação de cadeiras de plástico, a serem utilizadas nos eventos do Projeto "CULTURA NITERÓI – ARTE NA RUA da FAN/SMC", por 12 (doze) meses, com vigência de 15/01/2018 a 15/01/2019 com redução de 11,54456% e com valor total de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), conforme a seguinte Dotação Orçamentária: PT 41411339201364108, CD 3339039140000, Recurso 108, Nota de empenho nº 000195 datada de 23/03/18 no valor de R\$ 6.500,00 e PT 41411339201364108, CD 3339039140000, Recurso 108, Nota de empenho 000203 datada de 28/03/18 no valor de R\$ 71.500,00; Fundamentação Legal: Processo administrativo/FAN sob o nº 220/000697/2014 e Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, origem: Licitação Pública nº 007/2014 – modalidade: Pregão Presencial; Registrado no Livro da FAN: Termo nº 009/2018, fls. 6, Livro nº QUATRO; Data da Assinatura do Termo: 02/05/2018.

**Edital de construção de pauta do Teatro Municipal João Caetano, do Teatro Popular Oscar Niemeyer e Solar do Jambeliro**

Resultado Final da Habilitação

A Fundação de Arte de Niterói (FAN) torna pública a homologação do resultado final da Habilitação do Edital nº 02/2018 (Edital de construção de pauta do Teatro Municipal João Caetano, do Teatro Popular Oscar Niemeyer e Solar do Jambeiro), tendo-se cumprida a diligência de Habilitação.

Inscrições Habilitadas:

PROPONENTE	PROPOSTA
Alexandre Ramos da Silva	Grupo vocal ordinárius em "notável"
Alice Fontanella Houaiss	Concerto Lírico
Andre Roman	Glória! Um culto drag show
Andrea Terra de Onofre	Barrela
Andrea Terra de Onofre	Onde estão os Miseráveis
Andrea Terra de Onofre	Ser ou não ser...e o nada
Arthur Barcellos Leal Morsch	Nossos espaços vazios
Carla Ministério Erhardt	Feitiço de Noel
Carlos Rogério Pires Mansur	Tio Zélyly show
Carlos Weidt	Execução integral da obra de J.S Bach para Violino Solo
Daniel Bittencourt Scisinio	Scisinio e convidados ao vivo
Daniel Bittencourt Scisinio	Quando Jacob do Bandolim e Waldir Azevedo tocaram juntos
Eduardo José Lemos de Matos	Show KAPITU - Comemoração 10 anos de carreira
Eliane Regina Pereira de Faria	PROJETO NOBREZA 25 ANOS DE CARREIRA
Elias Rosa da Conceição	Show O Vassoureiro
Ériston Gonçalves Promoções Artísticas Ltda.	Dussek 42 anos
Estudio V.O.C.E Desenvolvimento Cultural Ltda.	As bodas de Fígaro - Um exercício Cênico
Giffoni Centro de Música & Arte	Nem sempre é o que lhe parece
Grupo Cultural Cia da Lua	Pompéia, o poeta inquieto
Guilherme Pimenta e Almeida	Violino na roda
Ingrid Emma Perle Barancoski	Novos universos sonoros
Iris Gomes da Costa	Pauta para espetáculo adulto para ocupação do Teatro Solar do Jambeiro
José Flavio de Freitas	O sonho da princesa
José juracy de Oliveira Neto	Vovó
Juçara Freire de Araújo	Elas e ele
Leandro Fazolla Rodrigues dos Santos	Era uma vez um tirano
Liane Varsano	Canções sem letra
Lien Produções LTDA ME	Meu passado não se apaga - ubuntu/; sou o que sou pelo que somos
Lucas de Almeida Toledo	Ilusionista
Lucília de Assis Dacosta	Espectáculo não peça de Teatro Municipal João Caetano
Luisa Damaceno de Lacerda	Poente
Luiz Octavio Bonfa Burnier	Os próximos 50 anos da música
Manuel Thomas Rosa Ferreira	Ópera la serva padrona
Marcello Cavalcanti Caridade	Capitães da Areia, o musical
Marcelo Alvim Macedo	Modos Operandi
Marcia Milhazes Companhia de Dança	Obra coreográfica GUARDA-ME
Marcos Barcellos	Circuito do piano - Marcos Ariel
Marcos Dias de Lima	60 anos de bossa nova - a bossa de Marcus Lima
Maria Isis Figueira Machado	Allegro Trio de Harpas - Da tradição à vanguarda
Mariana Bonifatti	Um tal de Dorival – um tributo a Dorival Caymmi
Natalia Valdanini	Triad
Neoral Garcias Produções Artísticas Ltda.	As canções que você dançou pra mim
O teatro institucional	Positivos
O teatro institucional	Droga!...Que pesadelo!
Paulo Soares Zanon	Elvira Canta Roberto Carlos
Rachel Guimarães Palmerim Mansur	As bodas de Rapunzel
Rachel Guimarães Palmerim Mansur	Kairós - Tempo de achar tempo
Raul Claudio da Costa Menezes	Crônicas do improvável amor e adjacências (autoral)
Rebeca Vieira de Almeida Batalha	Pérolas para Jobim
Ritah Mansur	Ritah Mansur - Djavanier
Roberta Teixeira do Amaral	Espectáculo Teatral: "solidão, que nada"
Romeu Mattos Savastano	Concerto - Escola Canto Lírico Romeu Savastano
SBRITTO Assessoria produções e serviços artísticos LTDA	Cafona sim e daí? Uma homenagem
Sergio Roberto dos Passos Telles	Incisão
Sergio Roberto dos Passos Telles	HANK - Um grito na noite
Suzanne Marie Thompson	O quarto de Suzie
Tereza Cristina Nascimento Machado	Show musical - Tereza Cristina
Thomaz Guimaraes Baldow	Nós e a seresta - uma noite com Nelson
Tiago Machado Souza Silva	Contrastes Sonoros
Vermelha Produções Artísticas Ltda.	Encontros Musicais
Vinicius Baião Vieira	Mães de UTI
Vivan Carvalho de Freitas	Mulheres de Chico no show "Roda Viva 50 anos"
Zênitha Produções Artísticas e Culturais Ltda	Coração Brasileiro - Silvério Pontes e Antonio Guerra

Inscrições Inabilitadas:

PROPONENTE	PROPOSTA	MOTIVO DA INABILITAÇÃO
Alexandre Santos Sant'ana	Cd Coração Solar	Não cumprimento dos itens 5.4.a)
Aline Trevas Vassali Abreu	Espectáculo "O trem das vidas"	Não cumprimento do item 5.10
Aline Trevas Vassali Abreu	Espectáculo "O trem das vidas"	Não cumprimento do item 5.10
Archimedes Mesquita Monea	Vinho & Música no Solar	Não cumprimento do item 1.4
Carlos Henrique Gonçalves Vieira	Meu ambiente	Não cumprimento do item 5.10
Carlos Henrique Gonçalves Vieira	Meu ambiente	Não cumprimento do item 5.10
Estudio V.O.C.E Desenvolvimento Cultural Ltda.	Um passeio pela história da ópera	Não cumprimento do item 1.4
Guilherme Alves de Carvalho	Lançamento do Cd Flor de Aguapé	Não cumprimento do item 5.10
Jacqueline Ruzzene Falcheti	Lançamento do Cd Jacque Falcheti e Flávio Vasconcelos	Não cumprimento do item 5.10
Liane Varsano	Dani Nigth, solteira, procura	Não cumprimento do item 5.10
Liane Varsano	Dani Nigth, solteira, procura	Não cumprimento do item 5.10
Ricardo Aurore Romão	Amorosa uma pequena cidade no coração do Brasil	Não cumprimento do item 5.10
Ricardo Aurore Romão	Amorosa uma pequena cidade no coração do Brasil	Não cumprimento do item 5.10
Serelepe Produções Artísticas LTDA	Geléia Real	Não cumprimento do item 5.10
Thomaz Guimaraes Baldow	Divera	Não cumprimento do item 5.10
Treison Lohan	O Diário de Jim	Não cumprimento do item 5.10
Treison Lohan	O Diário de Jim	Não cumprimento do item 5.10
Treison Lohan	O Diário de Jim	Não cumprimento do item 5.10
UNITEC	O Jardim - Projeto Danser - Espectáculo de Balé Clássico	Não cumprimento dos itens 5.10 e 5.11

ADENDO AO RESULTADO DO EDITAL Nº05/2017 - APRESENTAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA INCENTIVO FISCAL

A Fundação de Arte de Niterói divulga o resultado da avaliação de Projeto inscrito no Edital nº 05/2017 – Apresentação de Projetos Culturais para Incentivo Fiscal, conforme item 11.2 do referido edital.

APROVADO

Número de Protocolo	Nome do Projeto	Proponente
220000163/2018	Festival Mais Performance – Território Transitório	Readymade Serviços Culturais Eireli

Com este, totaliza em 164 o número de projetos aprovados.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI – CLIN  
Despacho do Presidente

Termo Aditivo nº 03/18 ao Contrato de locação nº 01/15, celebrado entre a CLIN- Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e de outro lado, e como locador, Associação Atletica Banco do Brasil de Niterói.  
Objeto: prorrogação de prazo – fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato ora editado, a contar de 17 de março de 2018 por mais 12 meses. Com o valor global de R\$ 78.000,00; Fundamento Legal: da Lei Federal nº 8.666/93 e nº 8.245/91, Processo Administrativo nº 520/001.325/17.

AVISO DO PREGÃO Nº 04/2018  
PROCESSO Nº 520/000405/18

A Prefeitura Municipal de Niterói - PMN, através da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói – CLIN, comunica aos interessados que fará realizar Licitação Pública, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com o que prescreve a Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 9.614 de 22.07.2005, cujo Edital visa a aquisição de Peças Para os Caminhões da Frota da Cia.  
Estimativa orçamentária: R\$ 99.766,27 (noventa e nove mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos).  
Documentação e propostas serão recebidas no dia 16 de maio de 2018, às 10:00 horas na sede da CLIN, na Rua Indígena, 72 – São Lourenço – Niterói.  
O Edital e seus anexos deverão ser retirados, mediante a apresentação do carimbo de CNPJ da empresa e a permuta de 01 (uma) resma de papel formato A4, 75 g/m², das 08 às 12 horas e das 14 às 17 horas, a partir do dia 07 de maio de 2018 na sede da CLIN, na Rua Indígena, 72 – São Lourenço – Niterói.  
O edital e seus anexos podem ser retirados alternativamente via internet, através do endereço eletrônico: [www.clin.ri.gov.br](http://www.clin.ri.gov.br)  
Os contatos para informações e esclarecimentos complementares relacionado ao citado Edital poderão ser realizados à distância através do Fac-símile nº (21) 2620-2175 Ramal 241.

NITERÓI PREV.  
Despacho da Presidência

PROCESSO Nº 020/0000055/2018 – INDEFERIDO

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA  
ATOS DO PRESIDENTE

PORT. Nº. 061/2018 – Dispensar a contar de 30/04/2018, PALLOMA MARIA MARRA, da FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO, 11 - Presidente da Emusa.

PORT. Nº.064/2018 – Dispensar a contar de 30/04/2018, DANIEL PITLIK TORTATO, da FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO - 1.

PORT. Nº.065/2018 – Designar a contar de 01/05/2018, IVANICE SCHUTZ VEIGA, para exercer a FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO - 1, em vaga decorrente da exoneração de Daniel pitlik Tortato.

PORT. Nº.066/2018 – Dispensar a contar de 30/04/2018, IVANICE SCHUTZ VEIGA, da FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO - 3.

PORT. Nº. 067/2018 – Designar a contar de 02/05/2018, FABRICIO ARRIAGA TAVARES para exercer a FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO - 3, em vaga decorrente da exoneração de Ivanice Schutz Veiga- Presidente da Emusa.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 27/2018 ;PARTES: EMUSA e *RR FÊNIX TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA EPP*; OBJETO: *REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA EVANDRO DA SILVEIRA NO BAIRRO DE PIRATININGA*; VALOR GLOBAL: R\$ 334.373,33 (trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e setenta e três reais e trinta e três centavos); PRAZO: 06 (seis) meses, contado a partir da emissão ordem de início; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: correrão à conta do PT: 1051.15.451.0010.4006, ND: 4.4.90.51.00, FONTE: 108; FUNDAMENTAÇÃO: Contrato oriundo da **TOMADA DE PREÇOS nº. 007/2018**; DATA DO CONTRATO: 02/05/2018. Processo Nº Proc. nº. **010002365/2017**. Presidente da EMUSA – Niterói, 02 de maio de 2018.

ATO DA CPL  
CONVOCAÇÃO TP 011/2018

**CONVOCAMOS** as empresas licitantes da **TOMADA de PREÇOS nº. 011 - / 2018** a comparecerem na Sede da empresa Pública **EMUSA – 11º. Andar**, para tomarem ciência dos RECURSOS INTERPOSTOS pelas empresas INABILITADAS. Niterói, 27 de abril de 2018. Presidente da CPL.

CONVOCAÇÃO TP 012/2018

**CONVOCAMOS** as empresas licitantes da **TOMADA de PREÇOS nº. 012 - / 2018** a comparecerem na Sede da empresa Pública **EMUSA – 11º. Andar**, para tomarem ciência dos RECURSOS INTERPOSTOS pelas empresas INABILITADAS. Niterói, 02 de maio de 2018. Presidente da CPL.

ACEITE PROVISÓRIO

Fica aceita provisoriamente a **OBRA** referente a “**CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM DE NÍVEL, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E CALÇADAS NA AVENIDA MARQUÊS DO PARANÁ – CENTRO – NITERÓI/RJ** (CP Nº. 014/2011 - *Processo nº. 510005641/2011*)”, em nome da Empresa **R.C VIEIRA ENGENHARIA LTDA**.

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

DEVEDORA: EMUSA; CREDORA: CONSTRUTORA PIMENTEL & VENTURA LTDA; OBJETO: O pagamento à CREDORA referente pela *obra de Construção de bicicletário na Praça Araribóia na região Central, no Município de Niterói/RJ*; VALOR: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); PROCESSO: 270000004/2016; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas correrão conta do Programa de Trabalho 1051.15.451.0010.4006, Natureza da Despesa 3.3.90.92.00, Fonte 108, do orçamento da EMUSA do exercício de 2018; Presidente da EMUSA – Niterói, 03 de maio de 2018.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 20/2018; PARTES: EMUSA e *RR CONSTRUÇÕES E REFORMA DE EDIFÍCIOS LTDA-ME*; OBJETO: lotes 01 e 02 do Pregão Presencial nº 0021/2016 que visa a construção de muro na Estrada Francisco da Cruz Nunes, Piratininga VALOR GLOBAL: R\$ 136.040,00 (cento e trinta e seis mil e quarenta reais); PRAZO: 02 (dois) meses, contado a partir da emissão ordem de início; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: correrão à conta do PROGRAMA DE TRABALHO: 1051.15.451.0010.4006, ND: 4.4.90.51.00, FONTE: 108; FUNDAMENTAÇÃO: Contrato oriundo da PREGÃO



PRESENCIAL 21/2016; DATA DO CONTRATO: 19/04/2018. Processo Nº 510002610/2016. Presidente da EMUSA – Niterói, 27 de abril de 2018.

**ORDEM DE PARALISAÇÃO**

Estamos concedendo Ordem de Paralisação ao **Contrato nº. 047/16** firmado com a empresa **PRIMA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**, objetivando a execução de Obras e/ou serviços de **“CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL, VESTIÁRIOS E ÁREA DE LAZER NO MORRO DO BOA VISTA”**, nesta Cidade, a partir de **02/04/2018**. Proc. nº. **510001177/2016**. - Presidente da EMUSA.  
**OMITIDO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 03/04/2018.**